

## **Sobre precarização e ressentimento:** uma discussão acerca dos ataques aos docentes da educação pública durante a pandemia

Ana Lúcia Vieira<sup>1</sup>, Renata Cecília Estormovski<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste ensaio é discutir os ataques sofridos pelos professores de escolas públicas por parte de outros trabalhadores durante a pandemia de Covid-19, de forma a relacionar essa situação ao processo de precarização do trabalho que, neste período particular do capitalismo, potencializa a constituição subjetiva do ressentimento. Para alcançá-lo, realiza-se um estudo qualitativo e bibliográfico, com referenciais que incluem Dardot e Laval (2016), Antunes (2000; 2009; 2018; 2020), Alves (2007) e Kehl (2020). Composta de duas seções centrais, a escrita elucida o processo de precarização que atinge os trabalhadores no capitalismo e relaciona-o à constituição do ressentimento, o que fomenta embates entre trabalhadores. A partir da discussão, invoca-se o papel da educação no reconhecimento e no fortalecimento de lutas contra a subordinação dos sujeitos a um formato de trabalho que os objetifica, estando na humanização a oportunidade de mudança.

### **Palavras-chave**

Precarização do trabalho. Trabalho docente. Pandemia de Covid-19. Ressentimento.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil; bolsista Capes; professora da rede municipal de ensino de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Estudos Formação Humana, do Núcleo de Pesquisas em Filosofia e Educação e do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Sociedade. E-mail: analucia.vieira32@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil; bolsista Capes; professora da rede estadual do Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ensino Médio e Juventudes. E-mail: renataestormovski@yahoo.com.br.

**About precariousness and resentment:** a discussion about attacks on public education teachers during the pandemic

Ana Lúcia Vieira<sup>3</sup>, Renata Cecilia Estormovski<sup>4</sup>

### **Abstract**

The objective of this essay is to discuss the attacks suffered by public school teachers by other workers during the Covid-19 pandemic, relating this situation to the process of precarious work that, in this particular period of capitalism, enhances the subjective constitution of resentment. To achieve this, a qualitative and bibliographical study is carried out, with references that include Dardot and Laval (2016), Antunes (2000; 2009; 2018; 2020), Alves (2007), and Kehl (2020). Composed of two central sections, the writing elucidates the process of precariousness that affects workers in capitalism and relates it to the constitution of resentment, which foments clashes between workers. From the discussion, the role of education in recognizing and strengthening struggles against the subordination of subjects to a work format that objectifies them is invoked, with humanization being the opportunity for change.

### **Keywords**

Precariousness of work. Teaching work. Covid-19 pandemic. Resentment.

---

<sup>3</sup> PhD student in Education, University of Vale do Rio dos Sinos, State of Rio Grande do Sul, Brazil; Capes scholarship holder; teacher in the state education network of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: analucia.vieira32@gmail.com.

<sup>4</sup> Master in Education, University of Passo Fundo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; teacher in the municipal teaching network of Passo Fundo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the Study Group Human Formation, the Center for Research in Philosophy and Education and the Research Group in Education, Philosophy and Society (GPEFS). E-mail: renataestormovski@yahoo.com.br.

## Introdução

A pandemia de Covid-19, deflagrada no final de 2019 e com continuidade nos anos seguintes, expôs a fragilidade da organização do trabalho no capitalismo, denotando a suscetibilidade dos sujeitos neste período particular e evidenciando a vulnerabilidade do próprio modo de produção. Por mais que seja organizado de forma a sustentar uma racionalidade em que os interesses privados estão acima de perspectivas humanas e sociais inclusivas e em que empresários são tidos como mártires por proverem empregos, contraditoriamente foram os homens e as mulheres – trabalhadores e trabalhadoras – nas relações de classe, que provaram sustentar a ordem social vigente. A consciência acerca desse processo, contudo, não se mostrou assimilada por parte substantiva dos trabalhadores, principalmente daqueles em funções mais precárias que, ao invés de lutarem pela manutenção dos direitos básicos deles enquanto preservavam as próprias vidas, foram mobilizados a descumprir regras de distanciamento social a fim de manterem os empregos deles e as (insuficientes) condições de sobrevivência.

Empresários e agentes governamentais, inclusive, protagonizaram campanhas menosprezando os efeitos da pandemia e exigindo protocolos menos rígidos<sup>5</sup>. Nos ambientes virtuais, movimentos em prol do retorno às atividades presenciais, principalmente por parte do funcionalismo público, ganharam notoriedade<sup>6</sup>. Os professores, de forma específica, passaram a ser referenciados como privilegiados e receberam adjetivos pejorativos enquanto categoria, sendo recorrentemente chamados de “vagabundos”<sup>7</sup>. Apesar de continuarem a desempenhar as funções de professores, mas de modo remoto, sofreram investidas diversas (inclusive com o impetramento de ações jurídicas<sup>8</sup>) para garantir o retorno presencial das aulas e, assim, do exercício docente no ambiente específico da escola.

Neste ensaio, objetiva-se discutir os ataques sofridos pelos professores, principalmente de escolas públicas, dirigidos por parte de outros trabalhadores, durante a pandemia de Covid-

---

<sup>5</sup> Algumas dessas manifestações podem ser conferidas em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm> e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembra-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>6</sup> No link disponível a seguir é possível acessar uma síntese dos ataques sofridos pelos servidores e o contraponto a eles: [http://sindservsv.com.br/sindserv\\_sv/servidores-do-brasil-publicam-desabafo-nas-redes-sociais/](http://sindservsv.com.br/sindserv_sv/servidores-do-brasil-publicam-desabafo-nas-redes-sociais/). Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>7</sup> A nota seguinte exemplifica a questão e denota o posicionamento de um órgão sindical acerca do fato: <https://ondapocos.com.br/apos-ataques-contraprofessores-sindserv-divulga-nota-de-repudio/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>8</sup> Um exemplo das disputas jurídicas que alcançaram o trabalho docente na pandemia pode ser verificado em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/justica-proibe-doria-de-obrigar-professores-a-voltar-as-escolas-sem-controle-da-pandemia/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

19, relacionando essa situação ao processo de precarização do trabalho que, neste período particular do capitalismo, potencializa a constituição subjetiva do ressentimento. Partindo da assertiva de que se o problema não é debatido parece não existir, realiza-se um estudo qualitativo e bibliográfico, discutindo referenciais que incluem Dardot e Laval (2016), Antunes (2000; 2009; 2018; 2020), Alves (2007) e Kehl (2020) em uma conjugação consciente de vertentes em prol da elucidação da problemática apresentada.

O ensaio se divide em duas seções principais. Na primeira, elucida-se o processo de precarização que atinge os trabalhadores no capitalismo, dando centralidade à constituição do sujeito do desempenho diante da racionalidade neoliberal. A partir disso, a docência e os processos educativos são contextualizados, denotando o cenário no qual se constituem os embates que mobilizam esta escrita. Na segunda, apresenta-se o ressentimento como probabilidade latente no trabalhador precarizado hodiernamente, fazendo com que, em sua condição de indiferença, não consiga perceber a própria opressão. Ao final, realizamos uma aposta: a formação pautada em uma educação de qualidade pode evitar o ressentimento humano, conduzindo-o à superação desse sentimento a partir do reconhecimento de si, o que implica saber a própria condição de subjugação. Com tal percurso argumentativo, entende-se que será possível colaborar com a compreensão deste momento histórico particular, alcançando-se o objetivo definido para este estudo.

### **O trabalho no capitalismo: o afastamento de sua natureza ontológica e os processos de precarização**

O desenvolvimento histórico humano se estabeleceu em relação ao trabalho, atividade produtiva que se funda na conexão entre os sujeitos e a natureza, e se constitui em um processo de mediação entre as esferas individual e universal. No entanto, no capitalismo, uma das formas possíveis de realização do capital, para Mészáros (2011), o trabalho é dissociado das mediações de primeira ordem, que estão vinculadas às necessidades elementares dos sujeitos e em compatibilidade com o ambiente natural, e passa a se subordinar ao capital. Fetichizado e alienado da própria ontologia, o ser humano se afasta da transformação (sustentável) da natureza como forma de suprir suas necessidades intrínsecas e como modo de se desenvolver historicamente, tornando sua força de trabalho uma mercadoria (ANTUNES, 2000).

Com resultados estranhos aos sujeitos que os produziram, o trabalho se torna apenas um modo de atender às necessidades de sobrevivência diante do sistema sociometabólico do

capital<sup>9</sup> (MÉSZÁROS, 2011), não importando a realização pessoal daqueles que o desempenham, nem o potencial criativo deles. Devendo servir a uma função específica estipulada pelo mercado, torna-se uma atividade individual, hierárquica e competitiva. A racionalidade neoliberal intensifica tais prescrições, com a concorrência se constituindo como um princípio universal a partir do qual são determinados discursos, práticas e dispositivos que regem as mais distintas relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

No neoliberalismo, promovido a partir de 1970, essa acepção é reforçada, com a despolitização do trabalho se tornando uma aliada da expansão do mercado e do esvaziamento participativo, já que as liberdades econômicas não são entendidas como conciliáveis às liberdades democráticas (SALMON, 2017). A soberania ilimitada do povo, um Estado estruturado (forte para pôr em prática as ações demandadas pela população) e as instituições sindicais articuladas e com poder de influência são entendidos como prejudiciais ao desenvolvimento do mercado e, por isso, o neoliberalismo se institui em duas frentes principais: a reforma do Estado para que seja menos permeável às demandas populares, e o enfraquecimento de grupos organizados que defendem lutas de classe, desmobilizando a politização e a coletividade (SALMON, 2017).

Nesse movimento, fomentam-se, inclusive subjetivamente, acepções que acirram o convívio e instauram a necessidade premente de que o indivíduo se mostre adequado e capacitado, mantendo ou alcançando um posto de trabalho esperado por outrem. A concorrência pacífica (DARDOT; LAVAL, 2016) e generalizada (LAVAL, 2019) estabelecida pelo capital fortalece-se pelo modo como o mercado provê menos empregos em relação a trabalhadores aptos a desempenharem determinada função, mesmo que a ausência, tanto de postos de trabalho quanto de bens e serviços, dificulte a vida em sociedade. Com isso, melindra-se a mobilização coletiva, o que, além de colaborar com a oferta de trabalho em condições cada vez mais degradantes (com pagamentos mais baixos e com menos garantias), também frustra o combate ao próprio sistema capitalista, já que os indivíduos não podem prescindir de empregos deles (e das exigências dos empregos) para sobreviver e manter as famílias (DARDOT; LAVAL, 2016). Nas palavras de Dardot e Laval (2016):

---

<sup>9</sup> Tal expressão é utilizada por Mézáros (2011, p. 15-16) para designar “o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital”. Mantido pelo tripé capital, Estado e trabalho, tal sistema não possui limites para expansão, tendo desenvolvido uma estrutura em que a viabilidade produtiva precisa ser comprovada por todos continuamente, e em que produção e controle estão separados; produção e consumo são independentes; e dominação e subordinação se articulam em âmbito global, tornando toda a força de trabalho alienada diante de seus imperativos.

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Nesse cenário, constitui-se o “sujeito do desempenho”, que é impulsionado a comprovar produtividade e performance incessantemente (PINTO, 2021), ignorando a coletividade e focando os esforços dele em se manter útil ao empregador. Em relação a isso, a sindicalização – mecanismo desenvolvido historicamente para a defesa dos trabalhadores, para a conquista de direitos e para o combate à fragilização das categorias – é concebida como prejudicial à eficiência do trabalho. Tanto ela quanto a estabilidade profissional de servidores (especificamente públicos) minariam as relações e dificultariam a condução das atividades, com o gestor (seja ele o empresário do setor privado ou a liderança de um setor público) sendo entendido como aquele que deveria ter autonomia e liberdade para organizar e gerenciar sua equipe. Mesmo a escola se enquadraria em tal premissa, de forma que, para que a educação alcançasse a qualidade almejada pelo mercado, o diretor deveria demitir e contratar professores de acordo com os resultados alcançados e com a avaliação das famílias dos estudantes (LAVAL, 2019).

Para sustentar tal racionalidade, há, inclusive, a promoção de um léxico que normaliza a transformação do trabalho em mercadoria. Termos (e as acepções deles), como empreendedorismo, colaboração, resiliência, parceria, gestão de pessoas e sustentabilidade passam um verniz sobre o enfraquecimento do trabalho como um direito social e amenizam seus efeitos sob um discurso que difunde uma falsa humanização (ANTUNES, 2018). Do mesmo modo, assim como tem se concretizado em ambientes empresariais, também penetra a escola a despolitização das consequências do trabalho precário, impondo um vocabulário em que riscos psicossociais são direcionados para resolução individualmente (SALMON, 2017). Propõem-se soluções dúbias, como o apoio psicológico ao profissional, só que feito a partir de *coaches* para motivar o grupo e fazê-lo reconhecer barreiras pessoais e possibilidades de superação (sempre centradas na autorresponsabilização), privatizando os efeitos da problemática laboral neoliberal e desencorajando ações conjuntas.

A docência e os próprios métodos de ensino, nesse cenário, são entendidos como passíveis de privatização, servindo às demandas e aos anseios do capital, com a dinâmica da escola sendo afim à de uma empresa (LAVAL, 2019). Por trás dessa percepção, está implícito

o temor constante de perda do emprego, o que faria com que os subordinados se dedicassem integralmente a alcançar os objetivos dos superiores dele, até em casos de divergências éticas. O medo, por sinal, pode ser identificado como intrínseco às relações de trabalho no capitalismo, já que, mesmo diante de movimentos como o toyotismo que advogaram pela horizontalização nos relacionamentos laborais, a lógica hierárquica e opressora se mantém dominante (ANTUNES, 2000). Justificam-se, dessa forma, processos de precarização do trabalho, que afetam distintas profissões e que, apesar de combatidos em pequenas instâncias, acabam se reproduzindo e sendo naturalizados pelos sujeitos.

Estando em relação com a debilidade das condições da vida humana impostas pelo capitalismo, com o trabalho precarizado, os sujeitos são conceituados a partir da estratificação social imposta pela divisão hierárquica materializada nos espaços laborais, e têm seus direitos diminuídos ao passo que aumentam o sobretrabalho e a exploração (ALVES, 2007). A redução de salários e a naturalização de condições menos adequadas de trabalho são objetivos constantes do capital, com questões salariais, funcionais, de horário ou organizativas sendo afetadas (ANTUNES, 2009). Como Alves discute:

A precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado [...]. A precarização possui um significado concreto: ela atinge o núcleo organizado que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídico-políticas (ALVES, 2007, p. 115).

A premência do desemprego, a dessindicalização e a individualização colaboram para que essas condições sejam aceitas e apropriadas pelos trabalhadores, que, temendo perder o próprio sustento, tendem a apoiar os empregadores, mesmo sendo vítimas em um mecanismo opressor e hierárquico e, por isso, excludente e desigual, típico do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011). Antunes (2020, p. 14) afirma que a pandemia de Covid-19 intensificou os avanços desses movimentos que promovem, entre as estratégias deles, a uberização e a proletarização de serviços. O empreendedorismo passou a ser divulgado com ainda mais ênfase, ainda que não resulte em autonomia profissional, mas torne o trabalhador um “proletário de si mesmo” (ANTUNES, 2018). Para o autor, a “imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus, podemos denominar, se quisermos utilizar uma expressão forte, capital pandêmico” (ANTUNES, 2020, p. 14).

Nesse contexto, enquanto a classe burguesa possuía instrumentos de defesa durante a pandemia, a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000) – formada por todos aqueles que precisam vender a força de trabalho para sobreviver – submetia-se ao vírus e acumulava os efeitos da crise sanitária, econômica e social, que atingia a todos, mas era mais agressiva com os mais pobres. Temendo perder o emprego, como muitos trabalhadores que foram demitidos antes mesmo de os empresários terem prejuízos em decorrência da pandemia, outros tantos se aliaram aos empregadores exigindo protocolos menos rígidos e o fim do isolamento social, embora fossem muito mais suscetíveis do que eles à contaminação.

Uma das profissões mais afetadas no contexto pandêmico foi a docência. Embora haja diferenças profundas entre os segmentos no que tange às relações de trabalho e às formas de pressão, os docentes de escolas públicas e privadas, da educação infantil ao ensino superior, sofreram consequências graves que afetaram profundamente a práxis utilizada por eles. Como exemplo, citamos as escolas privadas, em que muitos professores realizaram mobilizações junto aos pais e aos proprietários exigindo o trabalho presencial<sup>10</sup>. Em parte, isso ocorreu porque sofreram algum tipo de coação, o que determinou o envolvimento docente no processo de retomada das aulas. Receosos diante do risco de demissão, em alguns momentos até agiram de forma condenatória em relação aos colegas de escolas públicas e aos sindicatos, que, por sua vez, pretendiam manter as escolas fechadas.

A educação infantil foi a etapa que mais se envolveu nesses movimentos e mais reivindicou a abertura das escolas. Embora a escolarização das crianças de zero a três anos não seja obrigatória, muitos pais e responsáveis ameaçaram cancelar matrículas caso não houvesse atendimento presencial, intensificando a insegurança e os embates entre os professores. Essa atitude trouxe à tona o entendimento que se tem acerca do profissional da infância, uma visão que o reduz somente à cuidador – tensão que vem sendo discutida há muito tempo, porém, continua sem êxito por não se alcançar a compreensão de que há uma indissociabilidade entre cuidar e educar.

Outro exemplo são as instituições universitárias, que precisaram rever as grades curriculares, promovendo significativas mudanças. Mesmo após o fim da pandemia, tais alterações permaneceram, dentre elas, a modalidade híbrida e a flexibilidade de horários. O que antes acontecia em decorrência das demandas sanitárias, transformou-se em condição essencial

---

<sup>10</sup> Materialidades acerca do tema podem ser conferidas em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/professores-de-escolas-particulares-protestam-por-aulas-presenciais-14092020> e [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/geral/2021/03/784327-pais-e-professores-de-escolas-infantis-protestam-contrasuspensao-de-aulas-em-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2021/03/784327-pais-e-professores-de-escolas-infantis-protestam-contrasuspensao-de-aulas-em-porto-alegre.html). Acesso em: 2 abr. 2023.



para recuperar e manter os estudantes evadidos em 2020 e 2021 devido às fragilidades socioeconômicas acentuadas pela pandemia. Inclusive, segundo os índices de uma projeção feita pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), instituto que representa as mantenedoras do ensino superior no Brasil, em 2021, cerca de 3,42 milhões de estudantes abandonaram as universidades privadas – uma taxa de 36,6% de evasão. A situação foi ainda pior em 2020, com 3,78 milhões de alunos evadidos das instituições, chegando a 37,2% de abandono<sup>11</sup>.

Poderíamos citar outras situações de fragilização das condições de trabalho que denotam a precarização a que os docentes foram expostos historicamente e com aprofundamento nesse período ao exercerem uma atividade controlada pelo capital, ausente de criatividade e provedora de mercadorias, a que Rossi (2013) acrescenta como alienada e estranha ao trabalho pedagógico. Até porque, no neoliberalismo, a educação se torna um produto (LAVAL, 2019), um meio de ascender socialmente e, por isso, a humanização dela se desvanece, com o professor sendo reconhecido como substituível caso não se mostre articulado àquilo que a escola-empresa espera da atuação dele. Um outro ponto a ser discutido é que muitos professores, por atuarem com classes sociais abastadas ou por entenderem o trabalho deles como intelectualizado, parecem ter dificuldade de se reconhecerem como trabalhadores. Para além disso, muitos deles, por estarem frustrados com sua experiência laboral e com receio de serem parte dos excluídos do mercado de trabalho (especificamente em um contexto de pandemia), aderiram a movimentos de ataque a trabalhadores da mesma classe, especialmente se politizados, sindicalizados e conscientes da condição de subordinação em que estão inseridos.

Tal afastamento entre trabalhadores de classes profissionais unas nos leva a perceber que, ainda que uma parcela desses sujeitos enfrente e denuncie as condições de trabalho inadequadas ou até ilegais (como remuneração defasada, carga horária excessiva, desvio ou acúmulo de funções e outras perdas de garantias) sofridas, a racionalidade do capital consegue se sobrepujar e disseminar as próprias prescrições. Ainda que destituídos, em seu emprego, de circunstâncias laborais minimamente apropriadas e sob o imperativo da hierarquização em suas relações, os profissionais em geral não deixam de competir entre si – o que é resultado da captura da subjetividade deles. Deixam de lado lutas coletivas e os direitos básicos, reforçando nos discursos deles a lógica empresarial e meritocrática, inclusive entre os docentes, como visto no cenário pandêmico recente.

---

<sup>11</sup> Tais dados estão sistematizados em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/02/quase-35-milhoes-de-alunos-evadiram-de-universidades-privadas-no-brasil-em-2021.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Afinal, com a assimilação, em todas as esferas da vida, de uma concorrência pacífica (DARDOT; LAVAL, 2016) e generalizada (LAVAL, 2019) no neoliberalismo, o trabalhador passa a se entender como um “empreendedor de si mesmo”, necessitando estar em constante aprimoramento para “fazer por merecer” a posição que ocupa no mercado de trabalho. De certo modo, os discursos difundidos nos ambientes laborais não precisam mais apregoar o medo do desemprego (já que o próprio contexto social torna essa questão latente) e têm se dedicado a promover a identificação do trabalhador, na empresa, como parte de uma “família”, como alguém que, mais do que um funcionário, se percebe como um co-proprietário da empresa. Com isso, o empregado se vê impelido a colaborar ao máximo, deixando de lado os direitos básicos dele, já que, subliminarmente, difunde-se o entendimento de que é parte do negócio, recebendo a “oportunidade de contribuir” com o crescimento da empresa (FÁVERO; VIEIRA; ESTORMOVSKI, 2022).

A fragilidade do trabalhador, nesse cenário, leva-o ao equívoco por vários fatores, dentre eles, a necessidade e a preocupação com os proventos para sua subsistência, o medo de fracassar no posto de trabalho e a própria alienação em relação à falta de reconhecimento, o que faz com que fique imobilizado, incapaz de enfrentar as situações adversas e reivindicar melhores condições. Acaba por aceitar os infortúnios, muitas vezes desumanos, que lhes são impostos e, como tentativa de se libertar das amarras, põe-se contra os seus semelhantes, especialmente aqueles que são detentores de consciência de classe e criticam a opressão sofrida. Também desprezam a força sindical, instância que poderia servir de amparo na luta pela superação das adversidades. Agindo assim, o trabalhador opõe-se a si, torna-se um ser que age para comprar e se vê comprado; um ser que consome e se vê consumido; um ser que precisa de mais e, no entanto, consegue cada vez menos, pois vive preso na dinâmica do capital. Age em constante contradição, muitas vezes preferindo negar sua situação a rebelar-se contra ela, condenando os colegas que o fazem.

Cabe a nós frisar, no entanto, que esse movimento de pseudo-acolhimento e da constituição de “empreendedores de si” nos ambientes corporativos não exclui relações trabalhistas ainda rudimentares, que se configuram, inclusive, como trabalho análogo à escravidão e remontam ao passado anterior à instauração da República no Brasil. Em distintas regiões do país, frequentemente, trabalhadores são libertados de situações consideradas análogas à escravidão, tanto em ambientes rurais quanto urbanos<sup>12</sup>. Desde mulheres que, ainda

---

<sup>12</sup> Algumas materialidades acerca da questão podem ser acessadas em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em->  
*Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 86-105, maio-ago. 2023. 95

meninas, foram inseridas em ambientes familiares para cuidarem da casa e de crianças em troca de moradia (geralmente, um quartinho nos fundos da casa dos patrões) e de alimentação, até pessoas de idade avançada, sem condições de habitação e de manter as refeições nas cidades, que passam a morar em fazendas e a trabalhar desprotegidas de direitos trabalhistas (e humanos) mínimos.

Se nos ambientes empresariais, tantas vezes, o trabalhador, iludido por sua imprescindibilidade ao emprego e temeroso por perdê-lo não consegue romper a subordinação dele, nos contextos de escravidão esse processo se torna impensável. Esse elemento denota a situação de sujeição e de humilhação a que os trabalhadores, verdadeiros condutores do modo de produção em curso, são expostos, sendo que o temor por ficarem totalmente excluídos desse sistema os incentiva a, tantas vezes, colocarem-se contra seus pares, como no caso que ilustra a análise pretendida neste estudo.

Aos nossos olhos, assim, parece que temos uma era de extremos: por um lado, um extremo de ignorância e alienação por parte do trabalhador e, por outro, um extremo de exploração por parte do empregador. Essa constatação nos leva a pensar acerca da proximidade entre o progresso e a barbárie, tratados por Adorno e Horkheimer<sup>13</sup> (2012) quando discutem a respeito da objetivação da racionalidade humana em detrimento da técnica. O trabalhador, por essa ótica, reifica a subjetividade dele a partir dos valores da racionalidade instrumental, tornando-se uma “coisa”<sup>14</sup> que lida com a produção e o consumo de coisas; deixa de pensar por conta própria, perde sua autonomia e não percebe que o progresso lhe causa regresso; que produz a miséria de si; que fomenta o embate entre humanos, já que o seu semelhante é alguém a ser superado; que aumenta a desigualdade e, principalmente, que a “mão que lhe afaga é a mesma que lhe apedreja”.

---

condicoes-analogas-a-escravidao.shtml e <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/operacao-resgatou-mais-de-200-trabalhadores-em-situacao-semelhante-a-escravidao-no-rs/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

<sup>13</sup> Adorno e Horkheimer são frankfurtianos. Eles escrevem em um cenário de intensas transformações sociais e econômicas. Ainda em meio a 2ª Guerra Mundial, em 1944, lançaram a primeira edição da obra *A Dialética do Esclarecimento*, momento no qual ambos estavam na condição de exilados nos Estados Unidos. Os autores construíram uma contundente crítica à sociedade ocidental contemporânea devido ao fervor exclusivo do homem pela técnica e racionalidade, o que leva ao distanciamento de princípios éticos e morais, já que a prioridade seria a unicidade de pensamento com o propósito, a qualquer custo, de progresso (ADORNO; HORKHEIMER, 2012).

<sup>14</sup> A ideia de ser humano transformado em coisa/objeto aquece os debates atuais. O ser humano, sem a consideração das dimensões emocionais e psicológicas e sem formação humana, torna-se um ser objetificado/coisificado, facilmente utilizado para colaborar com as transformações impostas pela racionalidade neoliberal. No ambiente de trabalho, por exemplo, estabelece uma relação de alienação entre ele, o trabalho e o produto dele. A condição alienada o impede de enfrentar a desumanização, frente à precariedade ou à ausência dos seus direitos basilares.

## **O ressentimento emergente da precarização do trabalho: conflitos e desafios do ser humano coisificado**

“A mão que afaga é a mesma que apedreja”. Esse provérbio popular nos ajuda a problematizar os desafios e os conflitos enfrentados pelo trabalhador frente às exigências e às novas configurações do mercado de trabalho, em um cenário de crises política, econômica e educacional agravadas pela crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, que ocasionou repercussões a curto, médio e longo prazo. Com a roupagem da competição, sob os lemas de “cada um por si” e “salve-se quem puder”, as relações laborais estabelecidas na pandemia inevitavelmente se modificaram, tornando-se ainda mais enfraquecidas.

A incursão capitalista e neoliberal, como vimos na seção anterior, não é recente e a pandemia tornou-a ainda mais recrudescida, com o trabalhador tornando-se cada vez menos humano e transformando-se em objeto. Na condição de objeto ou coisa, o trabalhador se torna um ser de negócios, ao mesmo tempo em que “negocia o seu ser”, em um empreendedorismo de si, como problematizado por Dardot e Laval (2016). Transformado em coisa de transação comercial, o ser humano convive com o impedimento das experiências cotidianas, das vivências que sustentam a subjetividade e a dignidade dele (ADORNO; HORKHEIMER, 2012). O trabalho, transformado em atividade individual, hierárquica e competitiva, não deixa espaço para o potencial criativo, muito menos para a realização pessoal. Sem tempo livre, não consegue reverter a situação que vive, restando somente o lamento e, consequentemente, o “ressentimento”.

De acordo com o conceito de Kehl (2020), ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo próprio sofrimento, uma vez que o outro tem o poder de decidir algo sobre a vida do sujeito e, por essa razão, pode culpá-lo se houver algum insucesso. Esse sentimento parece ter eclodido durante a pandemia, com trabalhadores (potencialmente ressentidos) atacando outros trabalhadores, como problematizamos ao longo deste ensaio. Discursos depreciativos em relação ao outro se naturalizaram, principalmente nas redes sociais – espaço de expressão privilegiado no período, como exemplificado nas notas que acompanham a introdução deste estudo.

Em meio a esses conflitos estavam muitos pais de crianças e adolescentes em idade escolar que, mesmo sobrecarregados no trabalho e temerosos quanto à situação financeira da família, ainda tinham que auxiliar os filhos nas tarefas da escola devido à instauração das aulas remotas, ressentindo-se por isso. Os docentes de escolas particulares, paralelamente, eram pressionados a retornar presencialmente às escolas, como já indicamos anteriormente,

ressentindo-se daqueles colegas que tinham o direito ao *home office* preservado. Entre protestos e manifestações, foram criados movimentos para a abertura imediata das escolas, que eram hostis aos professores de escolas públicas e classificavam-os pejorativamente, como se não estivessem trabalhando durante o período.

Sob o lema “Lugar de criança é na escola”<sup>15</sup> (posteriormente enfrentado por grupos como o “Mães e Pais pela Democracia”<sup>16</sup>), as redes sociais foram solo fértil para a sementeira de ofensas, agressões e ameaças severas contra os profissionais da educação (principalmente aqueles de escolas públicas), acusados de fazerem “corpo mole” em relação às demais profissões que seguiam trabalhando presencialmente. Se até então a ideia do *homeschooling* (educação domiciliar, que prescinde de obrigatoriedade de frequência escolar) era efervescente, em poucos meses tal concepção perdeu força, pois o que mais se pronunciava era a necessidade de retorno imediato à presencialidade.

O movimento “Lugar de criança é na escola” pode ser compreensível ao se realizar a leitura de Kehl (2020). As famílias precisavam (e seguem precisando) da escola para que os filhos tenham um lugar para ficar enquanto os responsáveis por eles trabalham. Isso não sendo possível, a organização familiar falha e o sofrimento aflora. As atividades escolares incidiram nos pais, aumentando a carga diária de compromissos e exigindo deles certa didática e ação pedagógica, qualificações que não disponibilizavam. Sem condições de amparar os filhos, transformaram os profissionais da educação em alvo.

Cabe destacar que, com a deflagração da situação da pandemia no país no início de 2020, todo o coletivo de docentes teve que se adaptar, pressionado pelas escolas que, diante da incerteza que se estabelecia, precisavam encontrar formas para prosseguir com o ano letivo. Foram exigidos dos professores direcionamentos assertivos, mesmo não havendo orientações claras por parte das secretarias de educação; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento ainda pouco conhecido por eles, teve que amparar a elaboração dos materiais e das aulas (agora tornadas públicas) disponibilizadas aos estudantes; muitos professores não tinham as habilidades necessárias para manejar as plataformas digitais adotadas e para usar as tecnologias requeridas, precisando fazer muito esforço para conhecê-las; para a comprovação legal do trabalho desempenhado, a demanda burocrática aumentou, tornando mais penoso todo esse processo. Por outro lado, muitos alunos não conseguiam dar respostas aos docentes devido

---

<sup>15</sup> Uma leitura crítica, que contextualiza esse movimento e pode ser útil ao leitor está disponível em: <https://sul21.com.br/opinioao/2021/02/lugar-de-crianca-e-na-escola-por-julia-genro/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

<sup>16</sup> A página [https://www.instagram.com/maesepaispelademocracia/?\\_\\_coig\\_restricted=1](https://www.instagram.com/maesepaispelademocracia/?__coig_restricted=1) traz esclarecimentos acerca das bandeiras do movimento. Acesso em: 6 fev. 2023.

ao quadro de empobrecimento material e de sofrimento emocional, o que também causava frustração a esses profissionais. Isso somado à exposição dos lares, à inexistência de fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre, e aos recursos, como energia elétrica, internet e aparelhos eletrônicos, sendo mantidos com financiamento próprio (mesmo mediante a defasagem salarial arrastada de longa data). Feito isso, ao final do ano letivo houve a constatação de que a aprendizagem não se aproximava dos índices anteriores aos da pandemia, que já não eram necessariamente bons.

Mas não parece ter acontecido o reconhecimento dessa condição, com ataques sendo pronunciados pelos trabalhadores em geral contra esses docentes que, mesmo sobrecarregados e também frustrados e coisificados, foram estigmatizados como se fossem privilegiados. Tal coisificação de si – ocorrida pela fragilidade, incapacidade e impotência, que tende a brotar quando o indivíduo interpreta o que lhe falta e lhe gera carência – se torna uma servidão inconsciente do sujeito, com a impossibilidade de reação ou com a recusa para superar um agravo, o que faz com que ele deixe de ser um “ser de desejo” e se torne “ressentido” (KEHL, 2020). De acordo com Kehl (2020), o ressentido é alguém que não quer esquecer o que lhe vitimou, não quer perdoar e nem superar a situação que lhe causou sofrimento – seja a sobrecarga (como a sentida pelos pais de crianças em idade escolar durante as aulas remotas) ou a carência de proteção laboral (de docentes de escolas privadas sendo expostos à presencialidade prematuramente). Assim, ainda que tenha, por ora, que aquiescer com as demandas do trabalho, o sujeito não vai compreender, tampouco aceitar e esquecer as situações que acredita terem lhe prejudicado em alguma proporção.

Diante do cultivo do ressentimento, Kehl (2020) profere que, ao passo que o discurso se volta contra si e contra os outros – em favor do próprio apedrejamento e do apedrejamento de seus pares –, o ser humano omite e se ressent com o que inevitavelmente deseja e sente: ele quer uma vida com qualidade e garantia de direitos. Esforça-se para afastar de si a ideia de que está sendo subjugado e oprimido, mas acaba expressando o ressentimento em algum momento. Pode-se dizer que acaba por viver uma vida ressentida, em que aproveita as oportunidades não para mudar a própria condição, mas para infundir o que ressent contra o semelhante.

Isso transparecia quando, durante o período focado neste estudo, ao mesmo tempo em que a face do ressentimento parecia ser exposta, aparecia a contradição frente ao que era sentido. Expressões como “não sei mais o que é domingo, estou sempre trabalhando”; “feriado não é para mim”; “trabalho manhã, tarde e noite”; “tenho que fazer a economia girar”; ou “a empresa não pode parar” eram comuns. Além desses quase lamentos, outros tantos eram (e

ainda são) proferidos no cotidiano social, muitas vezes em tom de ironia ou de ataque aos trabalhadores que defendiam (e defendem) seus direitos.

Segundo Kehl (2020), o que sucede no ressentimento é o fato de o prejudicado não se atrever ou não se permitir responder à altura da ofensa que recebeu. Então, ocorre o “envenenamento psicológico” dos trabalhadores, que é uma reorientação dos impulsos agressivos deles que, impedidos de descarregar, geram uma disposição passiva para queixa e acusação, impossibilitando-o de esquecer o flagelo a que são atribuídos. Contudo, conforme a psicanalista, quando “a raiva, a cólera, a indignação [são] impedidas de se exercer na direção do objeto, transformam-se em raiva e indignação contra si mesmo” (KEHL, 2020, p. 11). Além do mais, “a culpa que o ressentido insiste em atribuir ao outro, responsável pelo agravo, é a face manifesta do sentimento *inconsciente de culpa*” (KEHL, 2020, p. 11, grifo nosso).

Na medida em que o ressentido vira-se tanto contra si mesmo quanto contra o outro, age como um ser que pretende a vingança, mas ela nunca chega, porque ele é tão incapaz de se vingar quanto foi em reagir às injustiças sofridas, e isso o coloca na posição semelhante ao escravo, “que se debate em vão sob o aguilhão da autoridade” (KEHL, 2020, p. 12). O ressentido depende daquele que o subjuga, estabelecendo com ele uma relação de dependência, uma vez que, equivocadamente, compreende que é protegido e premiado pelos esforços (como “uma mão que afaga”). O ressentido recusa-se a sair da dependência, porque vê proteção, ainda que esteja sendo prejudicado ou punido (como uma “mão que apedreja/bate”). A proteção, embora falsa, é melhor ao ressentido que o desamparo – melhor que a própria libertação.

O ressentimento, cabe ressaltar, não é consequência ou produto de uma derrota. Nesse ponto, Kehl (2020) cita como exemplo uma guerra na qual um lado sai vitorioso, porque tem maior poder bélico. Os derrotados, de outro lado, dificilmente serão ressentidos, porque foram obrigados a recuar e têm de esperar por um momento oportuno (mais armas) para voltar à luta. Dessa forma, “o ressentimento tem mais a ver com a rendição voluntária do que com a derrota. A reação adiada que produz ressentimento é aquela a que a pessoa se impediu por conta própria” (KEHL, 2020, p. 13); no caso, o trabalhador que aquiesce passivamente à perda de direitos, atacando aqueles que ainda os mantêm, mesmo que em partes.

Kehl (2020) também traz outros esclarecimentos para a compreensão do cenário estabelecido durante a pandemia. De acordo com ela, o Brasil apresenta uma combinação de duas condições específicas que favorecem a geração de ressentimento. Isso porque os membros de um grupo social inferiorizado, em alguma dimensão, tendem a se ressentir de sua condição quando há uma proposta de igualdade, mas ela não se efetiva. Os sujeitos, desse modo, se ressentem, porque são privados de algo que foi reconhecido, prometido e, entretanto, não se

concretiza. Nas palavras de Kehl (2020, p. 14), “é preciso que exista um pressuposto simbólico de igualdade entre opressor e oprimido, entre rico e pobre, poderoso e despossuído”, assim, os inferiorizados se ressentem. Além disso, o ressentimento aflora quando a ausência de igualdade democrática se associa ao paternalismo político, como se o líder poderoso fosse o único capaz de garanti-la, desprezando a conquista popular. Dito de outra forma, as práticas de dominação de líderes paternalistas impedem que a sociedade seja ativa e, nesse caso, a igualdade, por exemplo, se assemelha a uma prova de amor, uma demonstração de bondade do poderoso em relação ao povo.

Esses pontos facilitam a constituição do ressentimento, que é intensificada pelos processos de precarização do trabalho anteriormente expressos. No horizonte problematizado até então, percebe-se que, se o trabalhador, por um lado, se vê obrigado a se render a condições degradantes no trabalho, por outro, não adere a greves e movimentos sindicais, porque a própria situação o impede – sob o risco de sucumbir em pouco tempo por não ter asseguradas as necessidades essenciais da sobrevivência dele. Temos aqui a ação da “mão a bater com força” para interromper qualquer movimento de reação. Com isso, o próprio trabalhador passa a sentir pouco desejo de superação e paralisa a luta dele. Ressentido, já que a igualdade pronunciada e prometida não se consolida – ao contrário, se distancia cada vez mais dele –, só o que faz é se apedrejar e apedrejar os que ainda tentam lutar de alguma maneira. Então, derrotado, já não consegue diferenciar “as mãos que afagam das que batem”. Distancia-se dos seus semelhantes e junta-se ao opressor.

Kehl (2020) diz que quando o ser se ressentido deixa de se ver como derrotado e passa a se identificar como vítima e, ainda completa, uma vítima inocente. É no lugar dessa vítima que se abre espaço para o ressentimento. Logo, o ser passa a elaborar queixas e acusações contra o outro, pois agir assim funciona de alguma maneira para “reassegurar sua inocência e manter sua passividade” (KEHL, 2020, p. 15). O ressentimento é mantido devido à posição passiva da vítima diante do outro. Com isso, ela se desobriga moralmente de qualquer responsabilidade pela situação que lhe trouxe infortúnio, mas “as manifestações de ressentimento referem-se a um prejuízo pelo qual o sujeito foi corresponsável – no mínimo por ter cedido, sem lutar, sobre algo que dizia respeito a seu desejo” (KEHL, 2020, p. 15). O ressentido, assolado pela covardia e pela submissão, abriga em si a acusação (como quando os professores de escolas públicas foram desqualificados, indicados como “vagabundos”), instrumento que usará contra o outro não para recuperar o que perdeu, mas para enfatizar o quanto foi prejudicado. Ele é um acusador, com posição questionável, pois não é tão ético quanto pretende em virtude da fraqueza dele diante das situações que exigem (re)ação.



Nas sociedades capitalistas, em que cada um “tenta se salvar como pode” – o que inclui desprezo e indiferença pelo outro, assim como discurso de ódio –, o sujeito ressentido é representado por aquele que se sente enganado, “passado para trás” na luta por espaço profissional. O que essas sociedades trazem, em contrapartida, é um grande contingente de trabalhadores prejudicados, injustiçados e oprimidos, não sendo possível atribuir a eles a responsabilidade pelo prejuízo, uma vez que são verdadeiramente as vítimas.

Posto isso, a psicanalista diz que:

Nessas condições em que não se pode separar as verdadeiras vítimas daqueles que são corresponsáveis por seus fracassos, o ressentimento adquire prestígio e convoca identificações e simpatias, e o ressentido sempre encontra motivos para se mostrar coberto de razões em suas queixas (KEHL, 2020, p. 22).

Durante a pandemia, muitos trabalhadores ressentidos encontraram na categoria dos funcionários públicos, principalmente nos professores, um alvo fácil. Com o enfraquecimento da sindicalização, ainda mais aprofundado no período, os docentes tiveram poucos meios de proteção a esses ataques, que se concentravam principalmente nas redes sociais e exigiam que essa classe profissional “voltasse a trabalhar” (mesmo que nunca tivesse parado e que estivesse fazendo o máximo de suas residências, com os próprios recursos). A proteção laboral da classe incomodava e fazia com que os trabalhadores em geral, envolvidos na precarização histórica do trabalho (intensificada pelo temor do desemprego latente no cenário pandêmico), se revoltassem contra esses servidores, já que a estabilidade e o direito ao *home office* os tornavam, na percepção dos ressentidos, “privilegiados”. Agindo de forma contraditória, antes de exigir proteção para si e para os seus, e mobilizados pelo ressentimento, atacaram seus pares, mesmo todos sendo parte da mesma “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000).

Levantamos, a partir disso, os seguintes questionamentos: será o ser humano capaz de superar a situação que o vitimiza diariamente no trabalho? Como lidar com “a mão que afaga e bate ao mesmo tempo”? Embora o ressentimento seja uma reação covarde, poderia ser o princípio do entendimento acerca da própria condição? Ressentindo-se primeiro e não conseguindo superação, o que ocorre com o ser? Não temos a pretensão de respondê-los, mas o que almejamos é chamar a atenção para a importância de uma formação qualificada, que seja tão potente ao ponto de o sujeito perceber as várias faces da opressão e da precarização do trabalho dele para, ao invés de se voltar contra si e se opor ao seu semelhante, ser capaz de cooperar, de agir coletivamente em favor da melhor qualidade de sua vida e de toda a sociedade.

## Considerações finais

Nossa sociedade, imersa na tecnologia e na informação, se constitui na/pela racionalidade neoliberal. As modificações vertiginosas e incisivas na vida humana fazem com que o trabalhador seja regido pela lógica da produção e do consumo, o que repercute no afastamento dele em relação aos princípios necessários ao bem viver. O capitalismo hegemônico tem esfacelado os princípios morais e éticos, estabelecendo como premissa nuclear das relações a competição em torno da lógica de mercado. Nesse cenário, o ser humano, inserido nas diferentes profissões, acaba enredado pelas situações precarizadas de trabalho, com o receio de perder o emprego e de deixar de subsidiar as próprias necessidades básicas, o que o torna refém da sociabilidade em curso. Impotente frente à condição objetificada/coisificada pela qual é submetido, o trabalhador angustia-se, inquieta-se e aquieta-se, cultivando o ressentimento contra si e contra os outros (especialmente em embate aos que insistem em se debater na tentativa de superar as intempéries).

Esta escrita, contextualizada a partir desse cenário, foi mobilizada por uma contradição identificada na realidade quando do acirramento da pandemia de Covid-19: trabalhadores estavam promovendo ataques a outros trabalhadores. Para construir uma reflexão acerca dessa situação singular, em nossa trajetória argumentativa demos centralidade às investidas contra os servidores públicos, em específico aos professores, para que retornassem ao trabalho presencial (mesmo sem haver vacinação e diante de graves riscos de contaminação pelo vírus da Covid-19). O que estimulava tais movimentos era o fato de que outras categorias haviam retornado anteriormente aos espaços laborais deles, como se os direitos de parte do coletivo de trabalhadores não devessem ser ampliados, mas sustados. Eram ataques entre iguais, exigindo que um fragmento deles abandonasse seus direitos ao invés de haver a união entre as classes para conquistar ou preservar direitos para todos.

Discutindo essa questão como parte do processo de precarização do trabalho que, especialmente nesse período particular, favorece e intensifica a constituição do ressentimento nos trabalhadores, a análise nos trouxe a alguns pontos importantes de reflexão. O principal deles nos induz a questionar o papel da educação no reconhecimento e na constituição de ferramentas de luta contra a subordinação do sujeito a um formato de trabalho que o entende como mercadoria, como um instrumento a ser descartado e substituído por outro a revelia do empregador. A docilização do trabalhador para que ele, passivamente, produza e consuma, aceitando ser subjugado não pode figurar, mesmo que subliminarmente, no cotidiano pedagógico.

Com a Reforma do Ensino Médio, implementada a partir da Lei nº 13.415/2017 e atualmente com revogação exigida por entidades estudantis, docentes e sindicais, há um esvaziamento das disciplinas tradicionalmente referenciadas – e responsáveis pelo conhecimento historicamente produzido – nessa etapa da educação básica, uma vez que as disciplinas são substituídas por componentes e percursos formativos voltados para temáticas como o empreendedorismo e a construção de projetos de vida. Mesmo reconhecendo que a escola brasileira precisa de muitas mudanças, esse processo denota o desfavorecimento de um processo reflexivo e crítico. Entendemos que sem tais características não teremos uma educação emancipadora, tampouco a formação de consciência, tão necessária aos trabalhadores oprimidos e ressentidos que precisam se dar conta da condição de subordinação em que se encontram. Sem isso, não há desestabilização desse sistema que corrompe o ser humano, insere a competitividade e a individualização como orientadoras dos modos de vida e que, em momentos extremos como o de uma pandemia, consegue desestruturar ainda mais as relações e favorecer as rivalidades entre os iguais, como no caso em questão.

Apesar dessa aposta, sabemos, também, que a educação sozinha não consegue superar tudo e, por isso, o entrelaçamento entre as políticas sociais precisa ser sustentado, com a necessária defesa de serviços públicos com qualidade para o trabalhador e de garantia dos processos de luta deles. Sabemos, ainda, que os docentes podem se tornar ressentidos ao viverem as consequências de processos de precarização que atingem a categoria profissional e o trabalho deles. Assim, um movimento formativo pautado em princípios humanos e sociais, sensível às vivências cotidianas da realidade de subjugação, de fragilidade e de insegurança da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000) precisa acolher também essa parcela de trabalhadores. Com isso e a partir disso, a dinâmica social precisa ser reconstruída, com a valorização dos trabalhadores e dos direitos deles e com a recuperação do espaço de fala e de luta de cada um, constituindo-se (mesmo que árdua e lentamente) em novos modos de vida.

## **Referências**

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, A. A.; VIEIRA, A. L.; ESTORMOVSKI, R. C. A redução do papel do professor-mestre à condição ilusória de empreendedor. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.28387. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/28387>. Acesso em: 20 jan. 2023.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINTO, S. C. L. Entre coaches e colaboradores: o sujeito do desempenho. **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 55, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/56822>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ROSSI, R. A precarização da educação pública formal no estado de São Paulo: alienação e estranhamento no trabalho pedagógico. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 47-58, 2013. DOI: 10.14393/rep-v12n22013-art04. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/22514>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SALMON, A. A empresa neoliberal: da ordem espontânea à ordem moral. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, 2017. DOI: 10.1590/15174522-019004511. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XZBnV93KvLRJ9KXRSttGhHz/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Submetido em 14 de abril de 2023.

Aprovado em 12 de junho de 2023.